

impostos

ART. 16 CTN

→ imposto é o tributo cujo a sua obrigação tem como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Os impostos são, portanto, tributos não vinculados, tanto em razão da atividade estatal quanto no que se refere à destinação dos recursos arrecadados.

↳ os valores relativos a impostos, em regra, ingressam na Fazenda Pública e serão gastos de acordo com o previsto nas respectivas leis orçamentárias.

ART. 153 a 156 CF

→ informações detalhadas sobre impostos

▶ os impostos podem ser:

- ordinários, com esferas de competências determinadas:

↳ federais;

↳ estaduais;

↳ municipais.

• obs: se forem criados territórios, que hoje não existem, a competência p/ a cobrança dos impostos será da União.

O DF possui dupla competência, de sorte que pode criar impostos municipais e estaduais, como autoriza o art. 147 da CF.

- residuais: de competência exclusiva da União e instituídos apenas mediante lei complementar nos termos do art. 154, I, CF.

- extraordinários: em razão de conflitos externos, conforme art. 154, II, CF.

Por serem excepcionais, terão caráter temporário e deverão ser retirados do sistema na medida em que o conflito for sanado.

Em relação aos impostos, a Constituição exige que lei complementar nacional defina os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuinte, providência essencial em favor de uma uniformidade de incidência e aplicação em todo o território brasileiro.

___/___/___

O comando atende ao princípio da igualdade e tem por objetivo evitar qualquer tipo de preferência ou prejuízo em função da localização do sujeito passivo ou da operação que ensejar a tributação.